

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

JOSÉ WILLAME FELIPE ALVES

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO  
NO ASSENTAMENTO RURAL VIDA NOVA TRANSVAL,  
NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ, CEARÁ

São Leopoldo

2012

JOSÉ WILLAME FELIPE ALVES

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO  
NO ASSENTAMENTO RURAL VIDA NOVA TRANSVAL,  
NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ, CEARÁ

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Escola Superior de Teologia  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de Pesquisa: Educação  
Comunitária com Infância e  
Juventude

Orientador: Carlos Gilberto Bock

Segunda avaliadora: Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474p Alves, José Willame Felipe  
O processo de educação no assentamento rural  
Vida Nova Transval, no município de Canindé, Ceará /  
José Willame Felipe Alves ; orientador Carlos Gilberto  
Bock. – São Leopoldo : EST/PPG, 2012.  
60 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de  
Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em  
Teologia. São Leopoldo, 2012.

1. Educação rural – Ceará. 2. Educação rural –  
Brasil – História. 3. Educação – Brasil. I. Bock, Carlos  
Gilberto. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JOSÉ WILLAME FELIPE ALVES

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO  
NO ASSENTAMENTO RURAL VIDA NOVA TRANSVAL,  
NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ, CEARÁ

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Escola Superior de Teologia  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de Pesquisa: Educação  
Comunitária com Infância e  
Juventude

Data:

---

Carlos Gilberto Bock – Doutor em Teologia – Escola Superior de Teologia

---

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Escola Superior de Teologia

*Dedico este trabalho:*

*A Deus, pelo dom da vida, pela sabedoria e luz nas horas difíceis;  
A Márcia, minha esposa, minha amiga, companheira de todas as horas pelo incentivo que me dá em todas as oportunidades de crescimento pessoal e profissional;  
Aos meus filhos Felipe Neto, Ana Lúcia e Ricardo, pela minha ausência num período importante das suas vidas, sendo eles o grande incentivo para eu levar este projeto adiante.*

## RESUMO

Uma grande preocupação se arrasta nos debates dos movimentos sociais, por mais de duas décadas, pois a educação oferecida para os camponeses não é prioridade nas pautas das políticas públicas. Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de educação de um assentamento na cidade de Canindé-CE. Tem o propósito de compartilhar com as comunidades científica e escolar, algumas reflexões e conclusões sobre o panorama histórico da educação campesina no Brasil, no Nordeste e no Ceará, bem como identificar os avanços, limites e possibilidades do ser humano permanecer no campo com qualidade de vida. O procedimento metodológico compreendeu inicialmente estudos bibliográficos, com o objetivo de se revisar obras relevantes que abordam o assunto, para se construir o capítulo que trata do referencial teórico, e em seguida, pesquisa documental. Para tanto foi feita uma análise dos documentos da Escola de Ensino Fundamental Santa Rita, a saber: Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Interno (RI) e Relatórios da Secretaria Escolar. Como resultado constatou-se que um dos grandes desafios da escola está em se repensar a sua importância e o seu significado como espaço de mobilização e formação da vida da comunidade. Para que isso ocorra é necessário o fortalecimento no fazer pedagógico e na formação continuada dos profissionais voltada para a educação do campo, bem como a implementação de políticas públicas na direção da valorização dos profissionais e da melhoria da infraestrutura educacional do assentamento.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Assentamento rural. Escola. Vida.

## **ABSTRACT**

There a major concern that has been present in the debates about the social movements for more than two decades which is that the education offered to the rural workers has not been a priority in the public policy agendas. Thus, this study aims to analyze the process of education of a rural settlement in the city of Canindé-CE. It aims to share with the scientific and academic communities, some reflections and conclusions about the historical background of rural farm workers' education in Brazil, and Ceara in the Northeast, as well as identifying the advances, limitations and possibilities for the people to remain in the rural areas with a good quality of life. The methodological procedure initially included bibliographical studies, with the goal of reviewing relevant works that address the topic, in order to write the chapter that deals with the theoretical framework, and then to do document research. Therefore documents from the Santa Rita Elementary School were analyzed, namely: the Pedagogical Policy Project (PPP), the Internal Regulations (IR) and the Reports of the School Office. As a result it was found that one of the large challenges of the school is the rethinking of its importance and its significance as a space for mobilization and training of community life. For this to happen it will be necessary to strengthen the teaching and continuing education for professionals dedicated to the field of education, as well as the implementation of public policies toward the valorisation of professionals and the improving of the educational infrastructure of the rural settlement.

**Keywords:** Rural education. Rural settlement. School. Life.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
1 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO CAMPESINA BRASILEIRA.....	13
1.1 Breve descrição histórica da educação do campo no Brasil .....	13
1.2 Breve descrição histórica da educação do campo no Nordeste .....	23
1.3 Breve descrição histórica da educação do campo no Ceará .....	28
2 ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA TRANSVAL E SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVO E AMBIENTALMENTE VIÁVEL .....	33
2.1 O Assentamento e seu processo de organização.....	33
2.2 Os assentados e suas conquistas .....	37
3 A ESCOLA E SUA ATUAÇÃO NO ASSENTAMENTO VIDA NOVA TRANSVAL ..	41
3.1 Realidade dos professores da Escola do Assentamento .....	41
3.2 A estrutura física da Escola de Ensino Fundamental Santa Rita .....	43
3.3. O currículo e seu Projeto Político Pedagógico.....	45
3.5 A instituição escolar e o desenvolvimento sustentável e ambientalmente viável do Assentamento .....	51
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS.....	57



## INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma estrutura fundiária concentrada que perdura desde o período colonial, tendo como predominância os grandes latifúndios em detrimento das pequenas propriedades e minifúndios que têm por base a agricultura familiar, e produção voltada para o mercado interno principalmente na Região Nordeste do País.

A estrutura fundiária excludente foi constituída historicamente por meio da subordinação e exclusão dos camponeses, o que veio a colaborar para a permanência e reconhecimento de uma questão agrária brasileira que sempre fora conflituosa. Os conflitos no campo são reflexos dessa estrutura e acabaram por contribuir para a inserção da Questão Agrária no debate político de âmbito nacional. Como resposta às tensões sociais vigentes no campo durante a ditadura militar, o Estado implantou a política de assentamentos. Dentre esses assentamentos destacam-se os do município de Canindé, no estado do Ceará.

O município de Canindé, no Ceará, é conhecido nacionalmente, além da religiosidade do seu povo, por estar situado no Sertão de Canindé, onde vivem 2050 famílias distribuídas em 82 assentamentos rurais, que são assistidos pelas políticas governamentais de revitalização do campo.

Fazendo parte do quadro de funcionários do Instituto Federal do Ceará – campus Canindé, como Pedagogo, o pesquisador percebeu a importância de estudar o processo de educação no Assentamento Vida Nova Transval, pois o mesmo acredita que por meio da educação do campo possa haver melhoria do conhecimento e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos que lá habitam. Portanto, busca-se conhecer de forma aprofundada, comprovada, como se processa a formação dos estudantes do assentamento Vida Nova, que está localizado a 13 km da sede no município de Canindé – CE, e conta com uma área aproximada de 2.948 ha, onde estão assentadas atualmente 78 famílias.

Na realidade, esta pesquisa quer mostrar como está a preparação dos estudantes neste assentamento, se a educação desenvolvida na escola desta comunidade tem relação com a preparação da futura geração para a vida no campo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº. 9394/96)<sup>1</sup>, em seu artigo 28 aborda a especificidade da “educação rural” quanto ao direito de atendimento, considerando as especificidades culturais e saberes próprios, calendário próprio, atenção às questões climáticas, aos ciclos agrícolas, à natureza do trabalho. O artigo 23 faz referência às diversas formas possíveis de organização escolar, dentre as quais a alternância regular de estudos. O artigo 26 estabelece a exigência de se trabalhar no currículo o que se reconhece como base nacional comum e a parte diversificada originária das especificidades locais e regionais.

Entende-se que a educação desenvolvida no assentamento deve focar temas voltados para o comprometimento do estudante com as causas ambientais e de sustentabilidade social com preocupação no combate ao êxodo rural, pois o que se constata é o inchaço das periferias das grandes cidades resultando no aumento da criminalidade e formação de bolsões de miseráveis abaixo da linha da pobreza.

Vale destacar que a organização das comunidades rurais neste país é fruto de lutas dos camponeses ao longo de décadas. Os constantes conflitos no campo e pressão exercida pelos movimentos sociais e demais instituições que reivindicam uma política de reforma agrária como forma de conter o êxodo rural, vem apresentando resultados. Os assentamentos rurais são uma resposta vinda das ações governamentais por meio das políticas públicas.

Resta investigar se o processo de educação está focado em preparar as futuras gerações para permanecerem no campo. Será que no Assentamento Vida Nova o estudante está sendo preparado, instruído com conhecimento que lhe proporcione crescimento para uma vida digna em toda sua existência?

A pergunta central que será respondida nesta pesquisa é: como se dá o processo de educação no Assentamento Rural Vida Nova Transval, no município de Canindé - Ceará?

A pesquisa, inicialmente, foi bibliográfica, com o objetivo de se revisar obras relevantes que abordam o assunto, para se construir os capítulos que tratam do referencial teórico.

Em seguida, uma segunda metodologia foi empregada para a realização dos objetivos propostos neste projeto: a pesquisa documental. Para tanto foi feita uma

---

<sup>1</sup> BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei n. 9394/96.

análise dos documentos da Escola de Ensino Fundamental Santa Rita, a saber: o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regimento Interno (RI), as atas do Conselho Escolar, os relatórios da Secretaria Escolar e do Setor de Saúde. O que possibilitou efetuar levantamento das informações necessárias para atingir os objetivos propostos, e, assim, detectar em profundidade a proposta educacional aplicada no processo de ensino no Assentamento Rural Vida Nova Transval, no município de Canindé-Ceará. Todos os dados foram descritos e analisados à luz da literatura atual de forma descritiva.



# 1 PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO CAMPESINA BRASILEIRA

## 1.1 Breve descrição histórica da educação do campo no Brasil

A educação oferecida à população camponesa no Brasil, ao longo da história, pode ser entendida como uma espécie de resíduo do sistema educacional brasileiro. Até a década de 30 do século XX a educação desenvolvida na zona rural não era tema de relevância nas ações governamentais. Mesmo sendo considerado um país predominantemente agrário, o Brasil não mencionou a educação para os moradores do campo nas constituições de 1824 e 1891:

[...] evidencia dois problemas de governança pública, a saber: o descaso por parte dos dirigentes com a educação destinada aos camponeses e resquícios de uma cultura política fortemente alicerçada numa economia agrária com base no latifúndio e no trabalho escravo.<sup>2</sup>

O que se evidencia desde o início do processo de colonização do Brasil, até o fim do período de domínio dos Jesuítas em 1759, é o ensino atendendo apenas a uma pequena parcela da sociedade, considerada como os privilegiados, os detentores do poder econômico. Eram excluídos do processo de educação os escravos, agregados e as mulheres.

No período imperial, o Governo acena no sentido de assumir o ensino agrícola, pois com o fim do tráfico de escravos africanos, na década de 1850, se previa o fim da escravidão. Havia uma iminente necessidade de se preparar mão de obra que viesse suprir a carência futura no campo. Numa perspectiva de proporcionar à sociedade brasileira padrões de civilização parecidos com os europeus, o governo lançou, dentro de um pacote de leis, a reforma educacional que previa a criação de escolas agrícolas.

A reforma educacional [...] cumpria um papel civilizador, aproximando a sociedade brasileira dos padrões europeus. Por isso mesmo, as instituições educacionais deveriam acolher não só os filhos da elite, como também os de famílias livres e pobres. O *Ministério da Agricultura do Império* apoiou entusiasmadamente essa iniciativa. O relatório de 1861 registra a criação de quatro associações rurais, respectivamente, na Bahia, Sergipe, Pernambuco

---

<sup>2</sup> GODOY, Claudemiro N. *Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonias em disputa*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. p. 160.

e Rio de Janeiro. Um dos compromissos dessas entidades era a 'criação de escolas normais de agricultura'.<sup>3</sup>

O relatório de anos depois mostra que a iniciativa entusiasmada do Governo Imperialista de produzir resultados com a criação das escolas normais de agricultura, na prática não tiveram sua efetiva realização.

Em que pese esses esforços, a trajetória das escolas agrícolas foi bastante irregular. No relatório de 1870, o *Ministério da Agricultura* reconhece o estado pré-falimentar do estabelecimento pernambucano: 'A presidência, expondo à assembléia provincial com franqueza as circunstâncias daquele estabelecimento, pediu a decretação de meios a fim de evitar que ele se extinguisse.' Na Bahia, admite-se que o prédio que abrigaria ainda nem havia começado a ser construído: 'Prossegue as obras em construção do engenho das Lages para a fundação da escola agrícola, e tão satisfatório é seu estado que o presidente do Instituto julga poder inaugurar-la, desde que ali cheguem os instrumentos necessários ao ensino que iam ser encomendados na Europa.' No mesmo relatório, o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura* também declara que a 'fazenda normal' ainda estava sendo criada no jardim botânico. Mesmo os estabelecimentos que funcionavam regulamente não conseguiam manter um número regular de alunos.<sup>4</sup>

O que se percebeu foi o governo imperialista buscando copiar modelos de formação para trabalhadores no campo nas práticas européias. Ficando evidente que não houve planejamento e nem investimentos adequados, ou seja, o pouco que se fez não produziu resultado para a comunidade rural brasileira.

No início do período republicano a educação para os moradores do campo nem sequer foi mencionada nos documentos legislativos e constitutivos o que demonstra o desinteresse em promover os moradores do campo em sujeito de direitos.

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que buscava diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas de educação e preconizava a organização de uma escola democrática, que proporcionasse as mesmas oportunidades para todos e que, sobre a base de uma cultura geral comum, possibilitasse especializações para as atividades, de preferência, intelectuais (humanidades e ciências) ou de preponderância anual e mecânica (cursos de caráter técnico) agrupadas em: extração de matérias-primas da agricultura, minas e pesca; elaboração de matérias-primas da indústria; distribuição de produtos

---

<sup>3</sup> PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 177.

<sup>4</sup> PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p. 178-179.

elaborados, transportes e comércio. Nessa proposta, as demandas do campo e da cidade eram igualmente consideradas e contempladas.<sup>5</sup>

Foi, portanto, em 1937, que o Estado Novo Getulista dispensou um pouco de sua atenção ao meio rural, pois neste ano, foi criada a *Sociedade Brasileira de Educação Rural*, com o objetivo de promover a expansão do ensino e a preservação da arte e do folclore rural. Temos, então, pistas de que a educação do meio rural seria também no sentido de preservar a cultura local, numa tentativa de expandir o ensino a um número maior de pessoas e numa perspectiva de superar o urbano como parâmetro.

Consolidou-se, então, a ideia do grupo dos pioneiros do Ruralismo Pedagógico. Entre suas principais defesas destacamos: a implantação de uma escola adequada às necessidades e interesses da região a que fosse destinada; que fosse uma escola capaz de nortear a ação para a conquista da terra e de ali encontrar seu desenvolvimento e do coletivo, que observasse os arranjos produtivos locais e regionais, objetivando incrementar melhorias por meio de técnicas de produção dentro de perspectivas comunitárias, não apenas ensinando a técnica do trabalho racional, mas que fomentasse a formação de uma consciência cívica do brasileiro.

De acordo com o ministro da Agricultura do governo do presidente Getúlio Vargas, Apolônio Sales, nomeado em 1942, o “ruralismo pedagógico” proposto, que iria se efetivar no governo de Getúlio Vargas, via Ministério da Agricultura, fez surgir colônias agrícolas e núcleos coloniais implementados para atuarem como estruturas de promoção do cooperativismo e do crédito agrícola.<sup>6</sup>

A proposta foi trabalhar os núcleos por meio de projetos educativos e de crédito cooperativo que integrassem econômica e socialmente as comunidades rurais aos centros de consumo mediante a planificação técnica da produção, o que significaria a estabilização dos preços, conforme a demanda produtiva fosse coadunada, em volume e qualidade, às necessidades dos mercados.

---

<sup>5</sup> HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. BRASÍLIA: MEC, 2007. p. 10.

<sup>6</sup> *O Brasil no segundo governo Vargas*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Apolonio\\_Sales](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Apolonio_Sales)>. Acesso em: 26 jul 2012.

Sobre esse momento da economia agrária brasileira, interessa-nos, de perto, perceber que os Pioneiros da Educação compreendiam ser a penúria da logística escolar rural de que dispunha o país, o maior obstáculo às mudanças requeridas na base da produção agrícola, sem as quais não haveria a integração econômica e a fixação da pessoa no campo.

Deve-se destacar que o entusiasmo na defesa de reformas na educação rural, particularmente pelos pioneiros, significou uma tomada de consciência sobre a premente necessidade da renovação de uma escola concebida apenas para alfabetizar, para uma escola integrada e capaz de integrar sua comunidade pela mútua identificação das características e pelo respeito às peculiaridades locais.

Na década de 1940 perduraram as ideias dos pioneiros, fortalecidas pela degradação da vida nos centros urbanos, ainda mais inchados pelas levas de retirantes rurais que acorrem às cidades fugindo das secas e da falta de melhores perspectivas de subsistência. Esses reforçam o já imenso contingente de desempregados ou subempregados que não conseguem colocação na indústria ou nos serviços, quer seja pela insuficiência de vagas de trabalho, quer seja pelo despreparo profissional para as vagas disponíveis.

Reforçando esse pensamento Silva afirma que:

O cenário ameaçador robustece, no senso dos grupos dominantes, a crença, no ideário do 'ruralismo pedagógico', como resposta possível à questão do inchaço urbano. Nesse sentido, a via educativa preceituada pelos pioneiros seria a solução para, incluindo o camponês no 'sentido rural da civilização brasileira', fixá-lo à terra e reverter o fato social urbano, momento em que pareceu conveniente ajustar os programas e currículos para a 'realidade' das escolas rurais.<sup>7</sup>

Entretanto, não houve empenho suficiente do governo Vargas, em incentivar o cooperativismo e qualificar profissionalmente a pessoa do campo, dentro dos cenários estruturados em colônias agrícolas e núcleos coloniais, conforme propunha o "ruralismo pedagógico". Após uma década do surgimento do projeto para educação camponesa foi constatado que a Escola para este fim, no molde que foi idealizada, fracassou. Fato registrado pelas estatísticas que mostravam o grande contingente de analfabetos que permeavam as zonas rurais brasileiras, pois na

---

<sup>7</sup> SILVA, Edilma Cotrim. Educação no campo: uma fronteira a ser conquistada. *Revista Eletrônica Gestão Universitária*, n. 295, 2012. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

década de 40, cerca de 56% da população brasileira era analfabeta,<sup>8</sup> sendo aproximadamente 82% localizada na zona rural.

A taxa de analfabetismo na área rural é 2,5 vezes a taxa na área urbana e mais de cinco vezes o valor nas áreas metropolitanas. Devido elevada concentração dos analfabetos na área rural, temos que mais de 1/3 deles vivem em áreas rurais, embora menos de 1/6 da população total brasileira viva nestas áreas.<sup>9</sup>

A escola brasileira na década de 1950, do Século XX, especialmente a rural, fora condicionada às intenções capitalistas, que segundo Leite, foi a negação da escolarização nacional, da cultura, do *habitat*, do trabalho e dos valores da sociedade.<sup>10</sup>

Na década de 1960, com o propósito de atender aos interesses da elite brasileira, então preocupada com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos, a educação rural foi adotada pelo Estado como estratégia de contenção do êxodo rural.<sup>11</sup> Esse ato foi estabelecido de acordo com a Lei 4024/61, a primeira LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que diz: “Os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”.<sup>12</sup>

O mesmo enfoque instrumentalista e de ordenamento social veio a caracterizar a formação de técnicos para as atividades agropecuárias. Em meados da década de 1960, por ocasião da implantação do modelo Escola-Fazenda no ensino técnico agropecuário, os currículos oficiais foram elaborados com enfoque tecnicista para atender ao processo de industrialização em curso.

No modelo de currículo tecnicista os estudantes eram processados como um produto fabril. Essa estrutura curricular era simples e voltada para preparar pessoas com limitações que se propusessem a obedecer às normas de acordo com as regras vigentes impostas pelo Governo, respaldada no sistema imperialista Norte

<sup>8</sup> Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, ANO XXIV – 1963. p. 27 e 28.

<sup>9</sup> BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/article.php?id\\_article=527](http://www.iets.org.br/article.php?id_article=527)>, Acesso em: 02 ago 2012.

<sup>10</sup> LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 8.

<sup>11</sup> Êxodo rural é o termo pelo qual se designa o abandono do campo por seus habitantes, que, em busca de melhores condições de vida, se transferem de regiões consideradas de menos condições de sustentabilidade a outras, podendo ocorrer de áreas rurais para centros urbanos.

<sup>12</sup> BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei n. 4024/61. Art. 105.

Americano, ou seja, cidadãos sem capacidade de protestar, com perfil que a classe dominante determinava, para assim, continuar com o poder e dominação, introduzindo os conhecimentos através das escolas de uma forma subjetiva, qualificando-os para atuarem nas fábricas de maneira autômata, sem valorizar a capacidade humana de refletir e criticar o meio ao qual está inserido.

Corroborando com esse enfoque, Costa afirma que sempre quando implementavam alguns projetos para educação rural, se pensava em transmitir conhecimentos elaborados, prontos, muitos planejados para atender aos interesses do mercado.<sup>13</sup>

Sempre houve transferência de conhecimentos sem a participação dos sujeitos do campo na construção dos mesmos. Pelo contrário, era utilizada para os alunos da zona rural a mesma metodologia usada nas escolas das cidades. Nessa mesma década, ocorreu um vigoroso movimento de educação popular, em consequência de um momento de dificuldades políticas e sociais vivido pelo país, protagonizado por educadores ligados às universidades, movimentos religiosos ou partidos políticos de orientação de esquerda.

Para eles esse movimento tinha como propósito fomentar a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, e criar alternativas pedagógicas identificadas com a cultura e com as necessidades nacionais, em oposição à importação de ideias pedagógicas alheias à realidade brasileira.<sup>14</sup> Neste sentido, a figura do educador popular enquanto intelectual orgânico e dos movimentos começou a se destacar, o que possibilitou a impactação da luta de classes.

Conforme Freire:

A luta de classes existe também, latente, às vezes escondida, oculta, expressando-se em diferentes formas de resistência ao poder das classes dominantes. Formas de resistência que venho chamando de “*manhas*” dos oprimidos, no fundo ‘*imunizações*’, que as classes populares vão criando em seu corpo, em sua linguagem, em sua cultura. Daí a necessidade fundamental que tem o educador popular de compreender as formas de resistência das classes populares, suas festas, suas danças, seus folguedos, suas lendas, suas devoções, seus medos, sua semântica, sua

---

<sup>13</sup> COSTA, Sidiney Alves. *Os Sem Terra e a educação: um estudo da tentativa de implantação da Proposta Pedagógica do MST em escolas de assentamentos no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – UFSCAr, São Carlos, 2002. p. 77.

<sup>14</sup> HENRIQUES et al., 2007, p. 11.

sintaxe, sua religiosidade. Não me parece possível organizar programas de ação político-pedagógica sem levar seriamente em conta as resistências das classes populares.<sup>15</sup>

Em 1964, com a instauração do governo militar, as organizações voltadas para a mobilização política da sociedade civil, entre elas o Centro Popular de Cultura (CPC), criado no ano de 1960, em Recife-PE, os Centros de Cultura Popular (CCP), criados pela União Nacional dos Estudantes em 1961 e o Movimento Eclesial de Base (MEB), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sofreram um pesado processo de repressão política e policial. Essa repressão resultou na desarticulação e na suspensão de muitas dessas iniciativas.

Ao mesmo tempo em que reprimia os movimentos de educação popular, o governo militar, diante da elevada taxa de analfabetismo que o país registrava, especificamente na zona rural, buscando produzir resultados contabilizados instantaneamente, instituiu vários programas, na década de 60 e meados da década 70, dentre eles o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, com apoio e financiamentos internacionais, o qual se caracterizou como uma campanha de alfabetização em massa, sem compromisso com a escolarização e desvinculado da escola.

Em síntese, pode-se compreender que nesse momento da história da educação brasileira foram sendo debatidas e empreendidas duas realidades distintas: uma erguida como condição de desenvolvimento econômico, pautada em objetivos primeiros de operacionalização e instrumentalização, financiada pelo capital estrangeiro e gerenciada pelo governo brasileiro; e, outra que nasceu no meio do povo, a partir das lideranças dos movimentos sociais, ligada à Igreja Católica ou não, influenciada pela Teologia da Libertação,<sup>16</sup> que buscava desenvolver junto aos sujeitos a sua cultura e seus valores, e que compartilhava uma nova concepção de pessoa, sociedade e conhecimento.

No processo de resistência à ditadura militar, e mais efetivamente a partir da década de 1980, as organizações da sociedade civil, especialmente as ligadas à educação popular, incluíram a educação do campo na pauta dos temas estratégicos

---

<sup>15</sup> FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 48.

<sup>16</sup> A Teologia da Libertação é um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora.

para a redemocratização do país. A ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses.

Conforme texto preparatório da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, a educação do campo precisa ser:

[...] uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.<sup>17</sup>

Relacionando mobilização e experimentação pedagógica, passam a se unir sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias, educadores ligados à resistência à ditadura militar, partidos políticos comprometidos com as causas populares, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da Igreja Católica identificados com a Teologia da Libertação e as organizações ligadas à reforma agrária, entre outras. O objetivo era o estabelecimento de um sistema público de ensino para o campo, baseado no paradigma pedagógico da educação como elemento de pertencimento cultural.

Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Movimento Eclesial de Base (MEB).<sup>18</sup>

Outras iniciativas populares de organização da educação para o campo são as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs).

Essas instituições, inspiradas em modelos franceses e criadas no Brasil a partir de 1969 no Estado do Espírito Santo, associam aprendizado técnico com o conhecimento crítico do cotidiano comunitário. A proposta pedagógica, denominada Pedagogia da Alternância, é operacionalizada a

---

<sup>17</sup> ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 23.

<sup>18</sup> BELTRAME S. A. B. *Cenários da escola do campo*. Disponível em: <[http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii\\_04.html](http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_04.html)>. Acesso em: 26 jul. 2012.

partir da divisão sistemática do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente familiar.<sup>19</sup>

Reforçando esse pensamento sobre Pedagogia da Alternância<sup>20</sup>, Furtado diz que com essa Pedagogia há a possibilidade de o sujeito da aprendizagem incorporar-se na comunidade, estimular a sua conscientização política e se valorizar como ser humano, sem perder de vista as suas relações com a cidade.<sup>21</sup> A formação integral dos alunos e a promoção do meio rural são os principais objetivos dessa Pedagogia, que busca através da interação escola-família, articular esses dois ambientes como espaços de aprendizagem contínua, valorizando as informações da cultura rural e o calendário agrícola.

Em relação às políticas públicas voltadas para o meio rural, o Estado se colocava omissivo, não atendendo aos interesses do trabalhador e sim às exigências do mercado nacional e internacional. Segundo Leite, a falta de interesse do Estado em promover uma política educacional adequada que tivesse um olhar focado na cultura, nos valores e nas perspectivas de vida do ser humano no campo, contribuiu para a descaracterização da sociedade camponesa.<sup>22</sup>

Percebe-se, portanto, que o campo não era visto, pelo poder público, como um local de vida, mas sim, como um espaço de produção de mercadorias, de lucro. Nesse sentido, a educação tinha como objetivo manipular os trabalhadores do campo no sentido de promover o desenvolvimento da agricultura moderna. Segundo Calazans, a trajetória da educação escolar do povo do campo sempre esteve a serviço das elites e refletiu a lógica das necessidades da própria evolução das estruturas sócio-agrícolas do país.<sup>23</sup>

A política de educação rural se propôs a oferecer um arremedo de escola urbana, que nem habilitava os filhos dos agricultores para dar continuidade às lidas

---

<sup>19</sup> HENRIQUES et al., 2007, p. 10.

<sup>20</sup> A pedagogia da alternância é um processo educativo em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família com períodos na escola. Os ambientes e os tempos escolar e comunitário são interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos capazes de constituir um conjunto harmonioso entre comunidades e a ação pedagógica.

<sup>21</sup> FURTADO, Eliane Dayse Pontes. *Educação do campo: alternância e formação por pares: uma experiência com profissionais do campo no Estado do Ceará*. Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/167.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

<sup>22</sup> LEITE, 1999, p. 9.

<sup>23</sup> CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio Rural; traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, Maria Nobre (Coord.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. p. 19.

dos pais, nem os qualificava para os empregos urbanos. Como afirma Bourdieu, ela atuava como uma violência simbólica<sup>24</sup>, e Caldart complementa que essa atua no sentido de valorizar significados culturais urbanos em detrimento das práticas sociais destas populações.<sup>25</sup>

Nessa trajetória percorrida podemos entender que a pessoa do campo, no decorrer da história não teve reconhecidos seus aspectos culturais, seu modo de vida e o seu saber social, gestado no trabalho e na luta do dia a dia.<sup>26</sup> Como também afirma Calazans que os projetos educacionais voltados para as populações camponesas sempre estiveram vinculados a projetos de desenvolvimento econômico, com o principal objetivo de fortalecer a política capitalista no campo.<sup>27</sup> O processo educacional se deu descontextualizado dessa realidade, a expressão da consciência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo não foi ouvida, tendo como algumas das suas consequências taxas altíssimas de analfabetismo, evasão e atraso escolar.

A Constituição de 1988 consolidou o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais.<sup>28</sup> Em complemento, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece uma base comum a todas as regiões do país, a ser complementada pelos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino e determina a adequação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural e de cada região.<sup>29</sup>

Em 1998, foi criada a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, uma entidade supraorganizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional. Dentre as conquistas alcançadas por essa Articulação estão a realização de duas Conferências Nacionais por uma Educação Básica do Campo (em 1998 e 2004), a instituição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das Diretrizes Operacionais

---

<sup>24</sup> BOURDIEU *apud* NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>>. Acesso em 03 ago. 2012.

<sup>25</sup> CALDART, Roseli Saete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 52.

<sup>26</sup> THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papyrus, 1993. p. 44.

<sup>27</sup> CALAZANS, 1993. p. 20.

<sup>28</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Art. 205-214.

<sup>29</sup> BRASIL, 1996, Art. 23, § 2º.

para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002, e a instituição do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT), em 2003.

A criação, em 2004, no âmbito do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, à qual está vinculada a Coordenação Geral de Educação do Campo, significa a inclusão na estrutura estatal federal de uma instância responsável, especificamente, pelo atendimento dessa demanda a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades.

Mesmo com esses avanços, ainda não se percebe grandes mudanças na realidade brasileira, visto que não há resultados de melhorias significativas nas regiões mais pobres do país, pois dados recentes do Censo 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a maioria dos analfabetos do Brasil está no Nordeste, que concentra 53,3% (7,43 milhões) do total de brasileiros que não sabem nem ler nem escrever e a zona rural concentra 72% deles. Esse percentual é maior do que em 2000, quando era de 51,4%. O Nordeste também tem o Estado na pior situação: 24,3% dos habitantes de Alagoas (537 mil em 2,21 milhões) são analfabetos. Em 2000, eram 33,4%. Alagoas também concentra a maior taxa de analfabetos na zona rural (38,6% da população).<sup>30</sup>

## **1.2 Breve descrição histórica da educação do campo no Nordeste**

A história da educação no campo no Nordeste se confunde com a educação do Brasil, principalmente no que se refere aos interesses governamentais e ao descaso. Até meados da década de 30 do século XX, pouco se fez, em termos de educação, pelos moradores da zona rural nordestina.

Quanto à educação desenvolvida para os trabalhadores em geral, através do Decreto nº. 7.649, de 11 de novembro de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha, foi criada a rede de escolas de aprendizes artífices, com o objetivo de preparar mão de obra qualificada para o mercado e proporcionar ocupação para uma crescente população periférica dos grandes centros urbanos, ocasionada pelo êxodo rural. De acordo com a normativa criadora do conjunto de instituições educativas de ensino profissionalizante, a finalidade destas era oferecer o ensino de

---

<sup>30</sup> CENSO DO IBGE 2010. Disponível em: <<http://blogdoaltamiro.blogspot.com.br/.../ibge-censo-2010-brasileiro-ficou-m>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

ofícios referentes às especialidades industriais dos estados, sob estas justificativas oficiais:

[...] que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação [...].<sup>31</sup>

Essas considerações apresentadas na introdução do decreto anunciaram claramente que o governo central, sob o discurso do atendimento, ou melhor, sob a bandeira do assistencialismo, objetivou ministrar a instrução primária (intelectual) e profissional (técnica) a uma determinada clientela.

Essas instituições de ensino alcançavam estudantes das cidades e também do campo, mas especificamente aqueles que por carência extrema mudavam para as periferias dos grandes centros. Elas ofereciam cursos profissionalizantes, inicialmente, nas atividades de artífices. Cada capital dos Estados brasileiros recebeu uma escola. No Nordeste foram construídas nove, sendo nos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Ceará. O propósito do então presidente Nilo Peçanha era atender os grandes centros, mas na perspectiva de proporcionar formação técnica, de forma indiscriminada, a todos os estudantes carentes que até nelas pudessem chegar, tanto da zona urbana como da rural.

O que se percebeu, ao logo de décadas do século XX, foi um pequeno número de adolescentes e jovens, no Nordeste, sendo preparados para o mercado de trabalho nessas instituições de ensino e uma grande massa de moradores da zona rural excluída, oprimida pelos latifundiários e por falta de políticas inclusivas. Enquanto que, as regiões mais afortunadas do país se desenvolviam e cresciam, a exemplo do Sul e do Sudeste, o Nordeste ficou a mercê da sorte, pois os trabalhadores não tinham sequer o direito de ser alfabetizados.

Em meados da década de 1960, preocupado com o grande número de moradores analfabetos do interior nordestino, o educador Paulo Freire, considerado

---

<sup>31</sup> BRASIL. *Decreto n. 7.566*, de 23 de setembro de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. v. 2, p. 445.

um ícone da educação popular, apresentou de forma experimental um projeto de alfabetização de adultos no Rio Grande do Norte, especificamente na comunidade de Angicos, onde 300 trabalhadores foram alfabetizados em 45 dias. Esse movimento sensibilizou algumas autoridades. O então presidente João Goulart, no dia 02/04/1963, fez uma visita ao projeto, e na ocasião falou aos estudantes:

[...] hoje, meus senhores e minhas senhoras, nestas classes, aprende a população pobre e analfabeta de Angicos as primeiras letras. [...] mas, acima de tudo, alunas e alunos jovens e adultos, todos estarão capacitados para ler também, as grandes cartilhas da república: a Constituição da nossa Pátria, que lhes fez cidadão e que tem o dever de lhes proporcionar este mínimo de alfabetização. [...] amanhã estarão os senhores defendendo as nossas Leis e a nossa Pátria, estarão reivindicando os seus direitos, escritos na Constituição e estarão ao lado do governo, cobrando dos poderes públicos para que estas leis sejam praticadas, especialmente em benefício dos mais pobres, dos mais humildes, daqueles que constituem também a força viva da Nação, da nossa Pátria.<sup>32</sup>

Neste período, a educação popular ganhou corpo e diversos movimentos importantes ganharam destaques, principalmente por meio dos sindicatos e alguns setores da Igreja Católica, com suas pastorais populares. Dentre eles surge o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que propunha a tarefa de repensar a cultura brasileira autônoma, não alienada, procurava despertar as massas para a reflexão crítica a respeito da exploração em que viviam. A consciência de cidadania, de participação popular e da necessidade de escolaridade era promovida não pela escola oficial, nem pelo poder público, mas pelos movimentos populares.

Esses movimentos foram interrompidos em 1964, com o advento do golpe militar, sob pretexto que eles eram "comunizantes e subversivos", os líderes foram exilados e os movimentos silenciados.

Posteriormente, em 1967, o governo militar criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL. Nesse movimento os militares tinham todo o controle do que seria ensinado. Suas ações começaram a se desenvolver no fim de 1970, quando seus projetos foram iniciados em grande escala. Erradicar o analfabetismo era o grande objetivo do governo, pois os dados do IBGE (Censo Demográfico 1970) mostravam um alto índice de analfabetos e a região Nordeste apresentava a maior taxa, que era de 53,8% na idade de 15 ou mais anos, enquanto que no país era de

---

<sup>32</sup> LYRA, Carlos. *A experiência de Angicos: diário de uma experiência*. Angicos-RN, 1963. p. 19.

33,6%. Nessa tentativa, os militares visavam atacar de frente o problema que envergonhava o país no exterior.

O MOBRAL tinha forte influência do Método Paulo Freire, ao utilizar “palavras geradoras” no processo de alfabetização. Mas havia uma diferença marcante, pois o Método Paulo Freire utilizava palavras tiradas do cotidiano dos alunos e no MOBRAL, segundo Corrêa, as palavras eram definidas por tecnocratas que as escolhiam a partir de estudo das necessidades humanas básicas.<sup>33</sup>

No final da década de 70 os governantes chegaram à conclusão que o programa não tinha alcançado os resultados propostos, que era de erradicar o analfabetismo. Apesar de grandes investimentos, o país chegou a um percentual de 25,5% de analfabetos, correspondendo a 18,7 milhões de pessoas. Na região Nordeste 45,5% dos habitantes acima de 15 anos eram analfabetos. Conforme o IBGE, a taxa de analfabetismo na área rural corresponde a 2,5 vezes a taxa na área urbana. Hoje, os organismos internacionais apontam que o analfabetismo só ocorre em 25% dos países e, na maioria deles, não passa de 10% da população.

Na década de 80, o Nordeste enfrentava um alto índice de analfabetismo, mas com o fim da ditadura militar os movimentos sociais retomam as lutas reprimidas com o golpe de 1964. Os trabalhadores rurais se organizam em sindicatos e associações, o MST nasce com o propósito de lutar pela reforma agrária. Nessa perspectiva e força da luta coletiva, muitas fazendas foram invadidas e muitos assentamentos de trabalhadores rurais foram organizados, como, por exemplo, o Assentamento Tiraçanga Logradouro, em Canindé, no Ceará.

Nesse mesmo período, a educação do campo foi implementada no Nordeste, com a Pedagogia da Alternância, com currículo gerado na própria comunidade e com professores originados dos movimentos sociais, especificamente dos trabalhadores rurais. Surgiram as Casas Famílias Rurais (CFR), que tinham como referência as experiências francesas:

Com a atuação do assessor técnico Pierre Gilly, da União Nacional de Maisons Familiares Rurales (UNMFR), e com o apoio do programa Polo Nordeste, foi criada a primeira Casa Familiar Rural (CFR) no Brasil, no município de Arapiraca, Estado de Alagoas, em 1980. Em seguida, foi

---

<sup>33</sup> BRASIL, Cristiane Costa. *História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje*. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

implantada uma CFR no município de Riacho das Almas, Estado de Pernambuco, em 1984. Embora tenham sido experiências distintas de CFR no país, em decorrência de alguns problemas, suas atividades tiveram curta duração. Mas essas experiências no Nordeste possibilitaram e deram base para a criação de outras CFR no Sul do País.<sup>34</sup>

A Casa Família Rural é organizada por uma associação de famílias que se constitui uma instituição educativa e tem como objetivo dar uma formação geral e profissional aos agricultores. Os princípios que orientam o seu processo de formação são três: a análise da realidade da vida desses camponeses, como ponto de partida da formação; a alternância e seus instrumentos pedagógicos e o envolvimento das famílias no processo de formação. Inclui em sua proposta curricular a formação cidadã, tendo como desdobramento a vida em comunidade, buscando solucionar tanto os problemas individuais quanto os coletivos, para formar agricultores com conhecimento amplo e específico da realidade na qual vão atuar.

Além das CFRs, existem as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e as Escolas Comunitárias Rurais (ECRs). Estes três modelos apresentados possuem suas respectivas diferenças, mas todas adotam como metodologia educacional a Pedagogia da Alternância. Conforme Pereira, este modelo pedagógico surgiu na França e consiste na formação da pessoa utilizando espaços e tempos diferentes, dividido entre o meio sócio-profissional (família, comunidade e trabalho) e meio escolar em internato (com monitores e colaboradores), tendo como proposta o desenvolvimento integral do educando e o desenvolvimento do meio.

As EFAs enfatizam a formação escolar dos educandos/as a partir do regime seriado e regularizado junto às Secretarias Estaduais de Educação (SEE) possuindo também a formação técnica, tanto no Ensino Fundamental, bem como, de forma mais específica no Ensino Médio, no qual se trabalha a Educação Profissional de Técnico em Agropecuária. As CFRs têm como prioridade a formação técnica do educando/a. Diferencia-se das EFAs por adotar o regime de suplência. Há casos de jovens permanecerem duas semanas na escola e uma semana na família. Por isso, recebem a denominação de Casa Familiar Rural. As ECRs estão localizadas no Norte do Espírito Santo (ES) e na Bahia. Possuem as mesmas características metodológicas das EFAs, no entanto, são grupos autônomos que estão ligados a

---

<sup>34</sup> SILVA, Cícero da. *Pedagogia da alternância: um estudo de gênero caderno da realidade com foco na retextualização*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Tocantins Araguaína, 2011. p. 31.

movimentos sociais e eclesiais que pressionam o poder local para realizar a implantação e a aprovação da Pedagogia da Alternância, para que a experiência possa ter validade. Por isso, muitas experiências surgem com o apoio das prefeituras locais e do Governo do Estado.

De acordo com Nascimento, as Escolas Famílias Agrícolas da região Nordeste encontram-se assim distribuídas: Bahia (33 EFAs), Sergipe (01 EFA), Ceará (01 EFA), Piauí (08 EFAs), Maranhão (10 EFAs).<sup>35</sup>

### **1.3 Breve descrição histórica da educação do campo no Ceará**

A EFA do Ceará, Escola Família Agrícola Dom Fragoso, está localizada no povoado de Santa Cruz, no semiárido cearense, distante 14 km do município de Independência, se constitui como uma escola modelo para a educação do campo. Foi fundada em 2002, a partir da necessidade de aproximar o aprendizado com a realidade do camponês.

Na escola, além dos componentes curriculares do núcleo comum do ensino fundamental, os alunos aprendem técnicas de plantio, irrigação, criação de animais e apicultura. As turmas se revezam durante o ano todo em cada unidade de produção. Por meio da pedagogia da alternância, o estudante passa 15 dias em casa e 15 dias alojado na escola. Nesta proposta o conhecimento é levado para as comunidades, promovendo uma troca contínua entre escola e família. No período que retornam para suas comunidades de origem, eles realizam pesquisas junto aos moradores sobre as experiências locais e, ao retornar à escola, estudantes e professores debatem as pesquisas e propõem soluções para os problemas apresentados. Essa prática visa estimular a boa convivência com o semiárido, com vistas a evitar o êxodo rural.

A comunidade que constitui a EFA Dom Fragoso mostra que todos os beneficiados por essa instituição entendem e vivem uma educação diferenciada, expressa no seu hino:

Um sonho de muita gente

---

<sup>35</sup> NASCIMENTO, Claudemiro Godoy - Escola família agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural. *Revista da UFG*, v. 7, n. 01, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

De uma gente do sertão  
De um povo que precisava  
De uma nova educação  
Hoje uma conquista nossa  
o trabalhador da roça  
Buscando ser cidadão. (bis)  
Reconhecendo as origens  
Valorizando a cultura  
Respeitando e preservando  
E fazendo agricultura  
De uma forma diferente  
Mais humana e mais decente  
Prevendo a vida futura. (bis)

Ê ESCOLA FAMÍLIA  
DOM FRAGOSO É O SEU NOME  
FRUTO DA LUTA DO POVO  
QUE QUER VER UM MUNDO NOVO  
QUE NINGUÉM TENHA MAIS FOME

Buscando sempre aprender  
Com a nossa realidade  
Respeitando as diferenças  
Entre o campo e a cidade  
Querer formar cidadãos  
Mais humanos mais irmãos  
É sua prioridade. (bis)

Buscando as alternativas  
Pra melhor conviver  
Com o nosso semiárido  
Ter comida e ter lazer  
Ter vida com abundância  
Paz, amor e segurança.  
E um novo amanhecer. (bis)

Fazem parte do quadro de docente da escola, sete professores em tempo integral, além de outros três que desenvolvem, com estudantes, especificamente atividades artísticas, em regime de trabalho parcial. A EFA é mantida pela Associação Escola Família Agrícola do município de Independência e por algumas outras entidades religiosas. A Prefeitura da cidade contribui com o transporte de alguns estudantes, com o salário de quatro professores, com a merenda e o material

de limpeza. O Governo Federal também envia recursos através do Projeto Dom Helder Câmara.<sup>36</sup>

Conforme o IBGE (2007), há 5526 escolas de ensino fundamental na zona rural cearense. Essas escolas têm características bem peculiares, ou seja, são pequenas, em geral unidocentes (com apenas um professor), algumas vezes multisseriadas e atendem, em média, poucos alunos. Em 2010, a média nacional era de 16 alunos para cada professor em escolas rurais de ensino fundamental, onde os docentes representavam 18,5% do total do país. Enquanto no meio urbano o número total de professores é 16 vezes maior que o número total de escolas, no meio rural essa relação é quatro vezes menor. Percebe-se com isso que a infraestrutura disponível é bem inferior quando comparada com a disponível na zona urbana. O ensino na zona rural vem sendo oferecido, em sua maioria, com o mesmo formato curricular da zona urbana.

Com relação ao Ensino Médio, no Estado do Ceará foram construídas quatro escolas do campo. São elas: a Escola João Sem Terra (localizada no assentamento 25 de Maio, na cidade de Madalena); a Escola Florestan Fernandes (localizada no assentamento Santana, na cidade de Monsenhor Tabosa); a Escola Nazaré Flor (localizada no assentamento Maceió, na cidade de Itapipoca); e a Escola Francisco Barros (localizada no assentamento Lagoa do Mineiro, na cidade de Itarema). Elas nasceram da luta e da pressão dos trabalhadores, em 2009, quando ocuparam o palácio do governo estadual, e o então governador Cid Gomes se comprometeu em atender a pauta de reivindicação para construir 11 escolas de nível médio nas áreas de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST apresenta constante preocupação com o desempenho dos professores, com o projeto político pedagógico das escolas, a situação da educação nos assentamentos e acampamentos do Ceará. Para isso, realiza sistematicamente encontros pedagógicos com o objetivo de promover a unidade e de motivá-los para que não percam o foco no processo de construção da educação do campo no Estado, enfim, desenvolver uma verdadeira educação do campo voltada a discutir a realidade do povo camponês, compreendendo a escola não só como uma mera

---

<sup>36</sup> O Projeto Dom Helder Câmara é uma parceria do governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas (ONU), representada pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento Agrário (FIDA). Visa contribuir, prioritariamente, com o desenvolvimento sustentável nas comunidades que desenvolvem agricultura familiar.

estrutura, mas também como uma instituição que trabalha a questão social, cultural e prepara os educandos para a vida no campo.

Uma grande preocupação se arrasta nos debates dos movimentos sociais, por mais de duas décadas, pois a educação oferecida para os camponeses não é prioridade nas pautas das políticas públicas. No período de chuvas, no inverno nordestino, a situação se agrava, pois a dificuldade de acesso e falta de estrutura adequada, a maioria das escolas dos municípios do interior do Estado fica sem funcionar e isso acaba prejudicando o processo de ensino/aprendizagem.

Daí vem a preocupação do MST em reivindicar a construção de escolas nas áreas de assentamentos, pois com isso crianças e jovens não precisam mais se preocupar com o deslocamento até as cidades.

Apenas 5% dos assentamentos federais existentes no estado possuem escolas de ensino médio. Em muitas áreas, a distância entre o assentamento e a escola chega a ser de 100 km para ir e voltar. O risco de acidentes é grande, pois a longa distância está agregada ao transporte precário: em muitos lugares é o velho pau de arara que assume o papel do transporte escolar.<sup>37</sup>

Conforme o IBGE, a taxa de analfabetismo no Estado, na faixa etária de 15 anos ou mais, é de 25,4%, menor que a da Região Nordeste (26,2%). Para o Ensino Médio, o desempenho do estado (20,1%) é menor que a nacional (33,3%). São dados preocupantes que indicam a falta de investimento do governo na área da educação.

Desde 1998, quando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), foi criado, o MST vem buscando alfabetizar os jovens e adultos dos assentamentos, já são mais de 5 mil jovens e adultos que sabem ler e escrever graças a uma oportunidade de estudar no seu assentamento. Só no Ceará foram seis turmas de Magistério da Terra, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE), e duas turmas de Pedagogia da Terra, em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC).<sup>38</sup>

Mesmo com todas as dificuldades impostas pelo sistema e a falta de investimentos em educação por parte dos governantes nas áreas rurais, a luta dos

---

<sup>37</sup> ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. MST/Ceará: 20 anos de marchas. *Revista Mercator*, v. 9, n. 20, 2010. p. 145.

<sup>38</sup> MST: Educadores do campo realizam encontro no Ceará. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7766>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

trabalhadores tem obtido muitos resultados. Nada tem sido oferecido gratuitamente, e sim pela pressão dos trabalhadores rurais organizados.

## **2 ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO VIDA NOVA TRANSVAL E SEU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, INCLUSIVO E AMBIENTALMENTE VIÁVEL**

### **2.1 O Assentamento e seu processo de organização**

A Fazenda Transval foi invadida no dia 06 de junho 1996, por 93 famílias vindas dos municípios de Canindé, do vizinho município de Aratuba, ação articulada com os moradores/trabalhadores da própria Fazenda, sob a coordenação da Comissão da Pastoral da Terra da Igreja Católica Apostólica Romana e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Principiou-se, então, o Assentamento Vida Nova Transval. Foi um dos primeiros espaços conquistados por movimentos sociais no Ceará.

Em 03 de setembro de 1996, a Fazenda Transval foi desapropriada e 80 famílias, todas que ocuparam no ato da invasão, receberam a emissão de posse da terra das mãos dos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), iniciando-se, assim, o Assentamento Vida Nova – Transval.

Conforme pesquisa realizada por Castro, em 2007, houve uma pequena variação na quantidade de famílias do assentamento, referente à quantidade inicial no ano de 1996, para aquela nova data.

Especificamente, a unidade de referência é o Assentamento Vida Nova-Transval, localizado a 13 km do centro da cidade de Canindé. Possui 77 famílias assentadas distribuídas em 03 agrovilas: a Vila Canindé (26 famílias), a Agrovila (27 famílias) e a Vila Serrana (24 famílias), numa área de aproximadamente 2.948 ha.

O assentamento em termos de estudo da população [...] tem 150 crianças até 12 anos, 126 adolescentes e jovens entre 12 e 24 anos, 82 adultos de 25 a 40 anos, 106 adultos de 41 a 64 anos, 16 idosos a partir de 65 anos totalizando 163 mulheres e 193 homens.<sup>39</sup>

Atualmente vivem 78 famílias assentadas compartilhando as experiências de vivência em comunidade e estão distribuídas nas respectivas agrovilas. Percebe-se que continuou havendo variação na quantidade de famílias por agrovilas de 2007 para 2012, também uma significativa alteração na quantidade de pessoas por sexo e idade, conforme dados cadastrais do setor de saúde do assentamento: a Vila

---

<sup>39</sup> CASTRO, Vânia Maria Vasconcelos. *Os camponeses do assentamento Vida Nova-Transval de Canindé: Ceará e sua relação com terra, trabalho e os meios de produção*, Monografia de Especialização. UFC, Ceará, 2007. p. 22.

Canindé, com 29 famílias; a Agrovila, com 28 famílias e a Vila Serrana, com 21 famílias, assim distribuídas: 90 crianças até 12 anos, 72 adolescentes entre 13 e 18 anos, 54 jovens entre 19 e 29 anos, 60 adultos de 30 a 45 anos, 49 adultos de 46 a 65 anos e 20 idosos com idade acima de 65 anos, com um total de 179 mulheres e 166 homens.

Essa alteração percebida se dá em consequência da falta de identificação de algumas famílias, vindas de zonas urbanas atraídas pelos incentivos governamentais conquistados pela luta dos trabalhadores rurais, organizados nos movimentos, tais como MST, território da cidadania e pela pastoral da terra.

Há um fluxo de entrada e saída de pessoas do assentamento, ficando em torno de 80 famílias, o que leva a essa variação de sexo e idade, pois as mesmas tem estrutura familiar diferenciada. Deve-se também considerar a liberdade e o incentivo da interação com outras comunidades, por meio de atividades culturais, esportivas, religiosas, o que proporciona novos relacionamentos, constituição de novas famílias que passam a residir no assentamento ou fora dele, contribuindo assim com essas alterações.

O número total de casas do assentamento corresponde a 88 residências, sendo 80 casas provenientes de projetos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 08 oriundas da antiga propriedade. Geralmente, as casas possuem 04 cômodos, apresentando em sua infraestrutura energia elétrica e cisterna para armazenar água proveniente das chuvas no período invernososo.

Os moradores mantêm a antiga estrutura da fazenda Transval que era voltada para a produção pecuária, assim composta por: armazém, estábulo para o gado, currais com bretes de contenção, cocheiras para alimentar ao mesmo tempo 30 grandes animais, aprisco para caprinos e ovinos, 03 silos trincheiras com capacidade de armazenar 100 toneladas de capim cada um, 02 açudes (12,752 ha), garagens e as grandes extensões de terras, historicamente estruturadas para pastagens, bem como áreas demarcadas de reserva legal (589,602 ha), atualmente todos de uso comunitário.

A implantação do assentamento rural Vida Nova foi fruto de invasão e resistência dos primeiros assentados, convictos do propósito de se fazer uma distribuição da terra de forma a atender as necessidades dos camponeses que

precisam dela para viver. Dando continuidade à luta, os trabalhadores e trabalhadoras rurais procuram preparar bem seus descendentes, tanto com o conhecimento científico, como com a formação cidadã, de compromisso coletivo e com o crescimento da vida no campo.

No bojo da luta pela reforma agrária homens e mulheres aprendem diversas coisas como reconhecer e refletir sobre sua situação de explorados, de excluídos e agir com objetivo de transformar tal condição. Aprendem a se expor, a falar com suas palavras miúdas sobre sua luta e sofrimento, aprendem a buscar nas letras, leitura e escrita, alento e instrumento para mostrar sonhos e guardar planos. A ocupação de um território lhes ensina coisas sobre organização e união [...].<sup>40</sup>

Percebe-se que os trabalhadores e as trabalhadoras avançam nas conquistas sociais de forma paulatina e organizada, aproveitando cada momento para aprender grandes lições. As decisões são tomadas e respeitadas por todos, após debates e esclarecimentos, sempre focando o crescimento coletivo.

O assentamento possui apenas uma associação legalmente constituída que atende as 03 agrovilas organizadas e separadas umas das outras. Ela é responsável pela organização dos trabalhos coletivos que são realizados todas as segundas-feiras, como: os serviços de cercas, plantio e tratos da capineira, reformas dos prédios comunitários. Os outros dias os camponeses realizam atividades individuais com suas famílias.

A Associação dos Produtores do Assentamento Vida Nova – Transval é formada pelos setores de liderança que correspondem aos cargos de: Presidente, Vice, Tesoureiro, Vice, Secretário, Vice, Conselho Fiscal, Conselho de Agricultura, Conselho de Piscicultura, Conselho de Pecuária.

[...] são 62 famílias associadas na Associação dos Produtores do Assentamento Vida Nova-Transval. Em reuniões mensais, a participação das famílias associadas se dá em grupos subdivididos, como Pecuária, Agricultura, Pesca e Cultura. Elas contribuem com um valor de R\$ 1,00 por mês com o objetivo de cobrir gastos e protocolo burocráticos da associação relativa a viagens e trabalhos em busca de projetos coletivos para o assentamento.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> ARAÚJO, Juliana Pereira de. *Os assentamentos rurais de reforma agrária: novos espaços educativos no campo brasileiro*. Disponível em: <[http://www.ufscar.br/~crepa/Textos...e.../Juliana\\_Araujo.doc](http://www.ufscar.br/~crepa/Textos...e.../Juliana_Araujo.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

<sup>41</sup> CASTRO, 2007. p. 32.

Os assentados, num processo de formação social contínua, utilizam os espaços públicos, destinados ao ensino, para o fortalecimento da luta coletiva. Neles são realizadas as reuniões da associação dos agricultores, dos times de futebol masculino e feminino, do grupo de jovens, dos grupos de estudos do movimento sem terra, do grupo de raízes sertanejas e as atividades religiosas ligadas à Igreja Católica.

Quanto às atividades religiosas dos assentados, elas acontecem sob a orientação de duas Igrejas, sendo: Assembléia de Deus, uma evangélica pentecostal, cujo rebanho se reúne em uma congregação e ainda está em formação; e a Católica Apostólica Romana, que tem a participação de quase todos os moradores.

A parte católica dos assentados tem como padroeiro Santo Expedito, “O Padroeiro das Causas Urgentes”.

Santo Expedito foi martirizado na Armênia. Ele era militar, foi decapitado no dia 19 de abril de 303, sob o imperador Dioclesiano, que subira ao trono de Roma em 284. Ele levava uma vida devassa; mas um dia, tocado pela graça de Deus, resolveu mudar de vida. Foi então que lhe apareceu o Espírito do mal, em forma de corvo, e lhe segredou “cras....! cras....! cras....!” palavra latina que quer dizer: amanhã...! amanhã...! amanhã...!, isto é deixe para amanhã! Não tenha pressa! Adie sua conversão! Mas Santo Expedito, pisoteando o corvo, esmagou-o, gritando: HODIE! Quer dizer: HOJE! Nada de protelações! É pra já! É por isto que o Santo Expedito é invocado nos casos que exige solução imediata, nos negócios em que qualquer demora poderia causar prejuízo.<sup>42</sup>

A cada 19 de abril, dia do padroeiro, a comunidade comemora com festejo a conquista da terra, do direito de propriedade assegurado pelo documento recebido do INCRA. A escolha de Santo Expedito como padroeiro se deu pela dificuldade enfrentada na invasão da Fazenda Transval, em 1996. Muitos moradores entendiam que aquela conquista era uma causa impossível.

Além da devoção a Santo Expedito, os camponeses são devotos de outro santo adorado no município, pois é na cidade de Canindé onde se realiza uma das mais frequentadas festas religiosas do Brasil: a Festa de São Francisco das Chagas, popularmente conhecida como a Romaria de Canindé. É uma das manifestações religiosas mais antigas do Ceará.

---

<sup>42</sup> História de Santo Expedito. Disponível em: <<http://minhaprece.com/santo-expedito/historia-de-santo-expedito/>>. Acesso em: 18 set. 2012.

Neste evento religioso o município recebe todos os anos cerca de 2,5 milhões de romeiros franciscanos de todo o país, sendo a cidade com a maior romaria franciscana da América Latina.<sup>43</sup> Uma imagem pequena do Santo é conduzida durante os festejos na tradicional procissão do dia 4 de outubro. A cidade possui também a maior estátua de São Francisco do mundo, que mede 30,25 metros de altura. Ela é também considerada a maior estátua do Brasil, superando a do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, em 25 cm. Esta informação foi veiculada no dia 12 de setembro de 2010, pelo Fantástico, programa de alcance nacional da Rede Globo de Televisão.<sup>44</sup>

O que se percebe no período entre o final do mês de setembro e o início do mês de outubro, precisamente no dia 4, é uma invasão de romeiros, ou seja, peregrinos vindos de vários Estados do Brasil. Utilizam os mais diversos meios de transportes: bicicletas, motos, paus-de-arara e ônibus, dentre outros. Vários se deslocam caminhando, passam dias na estrada e chegam bastante necessitados. Enquanto isso, os moradores do assentamento Vida Nova Transval aproveitam para recepcioná-los, e na oportunidade comercializarem imagens do Santo, fitas, chapéus, água, comidas entre outros, o que gera renda familiar extra.

## **2.2 Os assentados e suas conquistas**

Os moradores, por meio da luta em comunidade, vêm alcançando várias vitórias, como: manutenção de suas famílias no próprio assentamento de forma sustentável e ambientalmente viável, moradias estruturadas, assistência à saúde por meio dos serviços públicos, atividades artísticas, atividades esportivas, acesso à informática e acesso à educação mantida pelos poderes públicos, municipal e estadual.

No que se refere ao sustento das famílias no Assentamento Vida Nova – Transval, ocorre um fenômeno semelhante ao descrito por Chayanov, apud Carvalho, onde os camponeses têm forma particular de vida e produção e,

---

<sup>43</sup> Peregrinação à São Francisco das Chagas, Canindé. Disponível em: <<http://www.tradicaoemfoco.com/2012/08/fotos-sao-francisco-das-chagas-caninde.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

<sup>44</sup> FANTÁSTICO, 12 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.fantastico.globo.com>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

dependendo de como se apresentam os fatores externos, têm a capacidade de elaborar estratégias para garantir a sustentabilidade da família.<sup>45</sup>

A disponibilidade de mão de obra, associada às necessidades de consumo, à disponibilidade de meios de produção e à satisfação dos camponeses, esta decorrente da não sujeição outrora vivida por eles na relação patrão *versus* empregado, determinam os níveis de produção e comunhão vividos na unidade camponesa.

Conforme Castro, avaliando as famílias dos assentados, identifica-se a seguinte realidade: elas têm uma diversidade de atividades rotineiras e diárias. A mulher cuida da casa, mas quando lhe sobra tempo vai para o campo ajudar o seu esposo e filhos na produção dos alimentos, que são consumidos por todos e o excedente comercializado no mercado. Além desse trabalho coletivo na agricultura, eles cuidam dos seus pequenos rebanhos de animais e, principalmente, a divisão social do trabalho da família camponesa, que caracteriza como complementaridade de trabalho, respeitando os limites, direitos e deveres de cada membro da família, ou seja, essas atividades diversificadas estão completamente vinculadas à reprodução de sua família.<sup>46</sup>

O mercado, mesmo com sua lógica central de obtenção do lucro imediato, pode eventualmente oferecer alternativas econômicas vantajosas para os agricultores familiares, embora não exista nenhuma segurança quanto à estabilidade de tais alternativas. Na relação que ao longo do tempo vêm desenvolvendo com o mercado, os agricultores se familiarizaram com suas leis e desenvolveram formas menos ortodoxas de participação, procurando não cair em uma submissão total aos desígnios do comportamento mercantil. Logicamente, encontrar este equilíbrio é tarefa difícil, mas, de qualquer maneira, não impede a busca de oportunidades que os agricultores familiares têm aproveitado em determinadas situações.<sup>47</sup>

Podemos identificar também a relação da família camponesa com o mercado. Esta relação que se dá a partir da venda do excedente da produção agropecuária para a compra de produtos necessários para a manutenção do dia a dia da família e que não são produzidos no assentamento, como por exemplo: café, açúcar, sabão, óleo, dentre outros. Desse modo, no trabalho cotidiano da unidade

---

<sup>45</sup> CARVALHO, Horácio Martins. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 6.

<sup>46</sup> CASTRO, 2007. p. 35.

<sup>47</sup> Instituto Giramundo Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica - PROGERA./Agricultura Familiar/CANUTO, J. C. e CARMO, M. S. Botucatu/SP: Giramundo, 2009. p. 24.

camponesa, parte da produção agropecuária entra no consumo direto da família e, a outra parte, considerada o excedente, pode vir a ser comercializada sob a forma de mercadoria para suprir o consumo de produtos que não são gerados no assentamento, o que se configura, portanto, numa unidade de produção com atividades econômicas de origens não capitalistas, muito embora, estejam subordinadas ao modo de produção capitalista.<sup>48</sup>

Na assistência à saúde o assentamento tem um posto e recebe mensalmente a equipe de saúde da família, composta por um médico e um enfermeiro, além do agente de saúde que, sob a orientação profissional, realiza visitas domiciliares para acompanhamento indireto, prevenção e acompanhamento dos doentes em tratamento.

As atividades artísticas são coordenadas pelo grupo de jovens da comunidade. O grupo se reúne semanalmente no templo da Igreja Católica de Santo Expedito, padroeiro do Assentamento, ou na escola onde eles planejam e ensaiam as peças teatrais, as danças que são apresentadas por ocasião das festividades comemorativas no assentamento.

Na casa-sede existe a escola de Ensino Fundamental e Médio. Os jovens do local participam de grupos de dança e, também, teatro. Eles ainda realizam as 'noites culturais' e as comemorações de datas religiosas e também o aniversário do assentamento, a cada 31 de janeiro.<sup>49</sup>

No esporte, o assentamento dispõe de um campo de várzea, ou de terra batida para a prática do futebol. O assentamento tem dois times, sendo um masculino e outro feminino e ambos participam dos campeonatos organizados pela Liga Desportiva de Canindé, além dos jogos amistosos nas comunidades do interior, que acontecem todos os finais de semana.

Na educação, o assentamento se destaca. São três prédios disponibilizados para a viabilização do processo de ensino sistematizado: a Escola de Ensino Fundamental Santa Rita, com seu anexo funcionando na casa sede da antiga fazenda, primeiro espaço escolar do assentamento, que oferece o ensino fundamental; o Centro de Educação Infantil (CEI) Vida Nova, que oferece a

---

<sup>48</sup> OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1990. p. 56.

<sup>49</sup> ASSENTAMENTO VIDA NOVA: Filha do 'Che' visita Canindé. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=751962>>. Acesso em: 13 set. 2012.

educação infantil e o anexo da Escola de Ensino Fundamental e Médio Paulo Sarasate, que funciona no turno da noite na Escola de Ensino Fundamental Santa Rita, e que oferece o ensino médio.

### **3 A ESCOLA E SUA ATUAÇÃO NO ASSENTAMENTO VIDA NOVA TRANSVAL**

#### **3.1 Realidade dos professores da Escola do Assentamento**

A Escola Santa Rita do Assentamento Vida Nova Transval, com seus anexos, a Casa Sede e o CEI, tem no seu quadro de servidores 17 docentes. Todos residem na sede do município de Canindé, não vivem a dinâmica da comunidade, pois no assentamento desenvolvem apenas suas atividades profissionais. Têm formação superior e são lotados por áreas específicas, conforme as suas respectivas qualificações. Percebe-se que são profissionais comprometidos com a educação de uma forma geral, mas devido à baixa remuneração paga aos professores no município de Canindé, não diferente do que acontece no país, na rede pública municipal, o professor precisa ter uma dupla ou tripla jornada de trabalho para manter o sustento da família.

A remuneração do professor no município de Canindé está em torno do que prevê o piso nacional, que é de R\$ 1.451,00, para uma carga horária de 40 horas semanais ou 200 horas mensais, ganho inferior ao que seria o ideal para uma família brasileira se manter, conforme pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2012:

O salário mínimo do trabalhador no País deveria ter sido de R\$ 2.383,28 em maio a fim de suprir as necessidades básicas das famílias brasileiras, como constata a Pesquisa Nacional da Cesta Básica, divulgada nesta segunda-feira pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)<sup>50</sup>.

Reforçando a falta de atenção do poder público para com a educação e especificamente a do campo, os índices mostram que no início deste novo milênio, ainda é preocupante o desrespeito que se impõe aos profissionais que trabalham na zona rural, pois com salários inferiorizados e cargas horárias excessivas, conseqüentemente esses não conseguem desenvolver um bom trabalho, provocando assim uma inferiorização da educação oferecida na zona rural, com relação à da zona urbana.<sup>51</sup> Eles enfrentam, entre outras, a falta de qualificação, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola, em função das condições das

<sup>50</sup> *Salário mínimo ideal*. Disponível em: <<http://www.saulosouza.com.br/2012/06/salario-minimo-ideal.html>>. Acesso em: 12 out. 2012.

<sup>51</sup> RAMOS, Marisa Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida (Orgs.). *Referência para uma política nacional de educação do campo*. Brasília: MEC, 2004. p. 25.

estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção. No ensino fundamental de 1ª a 4ª série, apenas 9% apresentam formação superior, enquanto que na zona urbana são 38%.<sup>52</sup>

De acordo com o GPT de Educação do Campo, Caderno de Subsídios:

Geralmente aqueles docentes com uma formação inadequada permanecem em escolas isoladas e unidocentes até o momento em que adquirem maior escolaridade, quando pedem remoção para a cidade. Além disso, nas escolas rurais os salários tendem a ser menores e acabam se constituindo em mais um elemento que determina a intensa rotatividade desses profissionais da educação. A conjugação desses fatores contribui para o baixo desempenho dos alunos e a queda nos índices de permanência dos mesmos na escola.<sup>53</sup>

Para Gadotti é importante que o/a professor/a construa uma relação de identificação com a comunidade escolar. Para isso, deve ter contrato de 40 horas semanais, assim distribuídas: 4 horas diárias de aula e 4 horas de outras atividades junto aos estudantes.<sup>54</sup> Nessa relação professor/aluno há troca de experiências e essa convivência gera conhecimentos, reflexões e, conseqüentemente, a formação de um cidadão crítico e reflexivo capaz de transformar o meio em que vive.

*[...] o professor não é simplesmente aquele que transmite conhecimento. Ele é visto, sobretudo, como aquele que subsidia os alunos no processo de construção do saber. Porém, não apenas o saber de determinadas matérias, mas sim o saber da e para a vida: 'o saber ser gente, com ética, dignidade, valorizando a vida, o meio ambiente, a cultura'. Assim como o professor, também o aluno é responsável pelo processo conjunto de construção do conhecimento, assim como a comunidade de modo geral.<sup>55</sup>*

Tem-se, portanto, que o professor da educação no campo deve ser um líder comunitário, capacitado e comprometido com as lutas das classes populares. Suas práticas junto à comunidade escolar devem tomar como ponto de partida as lutas sociais da comunidade, sua história, sua religiosidade, suas atividades culturais e suas dificuldades.

---

<sup>52</sup> RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004, p. 25.

<sup>53</sup> RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004, p. 21.

<sup>54</sup> GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 56.

<sup>55</sup> SANTOS, Patrícia Irene; MACHADO, Laêda Bezerra. Entre a vocação e os desafios: as representações sociais do ser professor. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/pap>>. Acesso em: 18 out. 2012.

### 3.2 A estrutura física da Escola de Ensino Fundamental Santa Rita

A Escola de Ensino Fundamental Santa Rita é da rede pública municipal, tem uma estrutura precária para o desenvolvimento da proposta educacional dificultando, assim, a oferta de um ensino de qualidade. Nela estudam 275 crianças e adolescentes, moradores da própria comunidade e outros dos assentamentos circunvizinhos: Souza, Santa Elena, Água Boa, Feijão e Longa, vindos de transporte escolar. Eles estão distribuídos em dois turnos: matutino e vespertino e são matriculados nos seus respectivos anos, conforme informação da secretária escolar:

Quadro 1-Distribuição dos alunos segundo o ano letivo. Canindé-CE, 2012.

ANO	QUANTIDADE DE ALUNOS
Creche	24
Pré-escola	22
1º	24
2º	19
3º	36
4º	28
5º	17
6º	29
7º	35
8º	14
9º	26

No que se refere à estrutura física a escola e seus anexos não disponibiliza de um espaço adequado para o desenvolvimento sociointerativo dos estudantes, como parques infantis, quadra de esporte, auditório, dificultando, assim, o desempenho dos educadores no que se refere às atividades lúdicas, as brincadeiras necessárias ao processo de aprendizagem nos primeiros anos de escolarização do ser humano.

Para Wallon,

O brincar não é essencialmente aquilo que não exigiria esforço, em contraposição à labuta cotidiana, pois uma brincadeira ou um jogo podem exigir e liberar quantidades bem mais consideráveis de energia do que uma

tarefa obrigatória: é o caso de certas competições esportivas ou mesmo de obras realizadas solitárias mais livremente.<sup>56</sup>

Percebe-se que a infraestrutura e os recursos pedagógicos do CEI não favorecem o desenvolvimento das brincadeiras comprometendo o processo de formação dos estudantes.

As salas de aulas, onde estudam as crianças de 02 aos 05 anos e da escola, que têm acima de 10 anos, são dimensionadas corretamente, no entanto, as da casa sede, onde estudam as crianças de 06 aos 10 anos, são adaptadas, sem espaço suficiente, medindo 4 metros de frente com 5 metros de largura. Adicionalmente, há poucos banheiros e quando o aluno precisa ir utilizá-lo passa por dentro de outras salas, pois a casa é antiga e não tem corredor.

Para que possam ser desenvolvidas atividades interativas e pedagógicas, como jogos, estudos de textos, dramatizações, conhecer o meio ambiente, formação humana e religiosa, os professores poderão utilizar o espaço externo, tais como: alpendres dos prédios ao lado e a sombra de árvores existentes nas imediações.

Para solucionar este problema de forma definitiva o pesquisador sugere que a comunidade reivindique ao poder público municipal a ampliação do espaço físico, através de reformas da referida escola e, sugere ainda, que o referido casarão seja aproveitado como espaço de depósito.

Com relação à falta de espaços estruturais, para que a escola desenvolva um bom trabalho, percebemos que a realidade encontrada no Assentamento Vida Nova Transval é semelhante a outras, pois no Assentamento 25 de Maio, no município de Madalena, também localizado no sertão cearense, as escolas não eram adequadas para a implementação de um ensino de qualidade.

No Assentamento 25 de maio existiam várias escolas e era referência para a região por ter, cada comunidade, uma escola. Mas as escolas seguiam o padrão normal das demais escolas do meio rural - escolas pequenas e com poucas salas de aula.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*: introdução de Émile Jalley. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 55.

<sup>57</sup> SIMPLÍCIO, Antonia Vanderlucia de Oliveira. *Egressos do curso Pedagogia da Terra e suas práticas educativas: um estudo de caso no Assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. p. 105.

Esta realidade é também percebida em outras regiões do país, como mostram Silva e Barone em pesquisa realizada num assentamento no Sudeste.

A Escola oferecia apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental e as crianças para continuar seus estudos necessariamente tinham que se matricular nas escolas da cidade - realidade da maioria dos assentamentos, quando possuem uma escola em sua área.<sup>58</sup>

Quando os estudantes precisam se deslocar para estudar nas cidades, caracteriza a falta de compromisso do poder público com a educação na zona rural. Isto identifica a falta de adequação das escolas para a realização do ensino de qualidade nos seus lugares de origem, bem como o desrespeito aos camponeses, que não são reconhecidos nos seus contextos e arranjos locais, tendo que se adequar à realidade e à dinâmica das escolas urbanas. O ideal será a construção de escolas em cada assentamento, bem como a preparação e designação de educadores para trabalharem nessas comunidades, pelo menos em toda Educação Básica.

### **3.3. O currículo e seu Projeto Político Pedagógico**

O principal documento norteador da Escola Santa Rita é o PPP – Projeto Político Pedagógico. Bem definido, sua elaboração foi coordenada pela diretora pedagógica da referida escola e o Núcleo de Supervisão da Secretaria Municipal de Educação do município de Canindé. O PPP define a identidade da escola e indica caminhos para o ensino. Entretanto, a temática – educação no campo – não é enfatizada com relevância. Percebe-se uma tímida cobrança por parte da comunidade.

No que se refere ao PPP, Vasconcellos ressalta que,

[...] o projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.<sup>59</sup>

<sup>58</sup> SILVA, Patrícia Lima; BARONE, Luís Antonio. Os processos educacionais e a questão da ressocialização em escolas de assentamentos rurais – notas de uma pesquisa. *Geografia em Atos*, Presidente Prudente, n. 6, v. 1, dez. 2006. p. 105.

<sup>59</sup> VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995. p. 143.

No entanto, para enfrentar os desafios, que são peculiares às comunidades rurais, a escola precisa mergulhar na vida dos assentados, buscando dessa forma construir sua identidade e perguntando-se, constantemente, se o que está fazendo satisfaz às necessidades e os anseios da coletividade.

A Escola de Ensino Fundamental Santa Rita tem como função prioritária se voltar para os saberes práticos, teóricos e comportamentais, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos estudantes para constituírem-se cidadãos reflexivos, participativos e corresponsáveis nos processos de construção e transformação da sociedade.

Partimos do pressuposto de que a escola existe para servir à sociedade. Por isso, é preciso que haja interação com a comunidade para saber quais suas necessidades de ordem cultural, esportiva e tecnológica, de tal maneira que as portas da escola estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.<sup>60</sup>

Nessa perspectiva de atuação, a escola se volta a construir com a comunidade uma proposta pedagógica que contemple os interesses de todos. Baseiam-se nos princípios de fraternidade, solidariedade e simplicidade, visando ao desenvolvimento integral do estudante, com perspectiva de prepará-lo para exercer, com dignidade e ética, a sua cidadania.<sup>61</sup>

Numa escola pensada como lugar de formação humana os valores passam a ter lugar central. Valores são princípios e convicções de vida; aquilo pelo qual uma pessoa considera que vale viver. São valores que movem nossas práticas, nossas escolhas, nossa vida, nosso ser humano. São valores que produzem nas pessoas a necessidade de viver pela causa da liberdade e da justiça.<sup>62</sup>

A proposta pedagógica, teoricamente, apresenta na estruturação de seu currículo características próprias baseadas no formato da educação do campo. Para atender a essas perspectivas a escola pretende trabalhar com os diferentes saberes existentes nos movimentos de organização social atuantes no assentamento, na interação com os envolvidos no processo, respeitando os valores e conhecimentos construídos, enraizados, aprendidos e vividos dos moradores, desde a luta pela conquista da terra passando pela consolidação da comunidade até o presente.

---

<sup>60</sup> Escola Santa Rita. Projeto Político Pedagógico (PPP), 2012, p. 12.

<sup>61</sup> PPP, 2012, p. 11.

<sup>62</sup> ITERRA, Caderno do. *Projeto Pedagógico*. Ano I, n. 2, mai. 2001, p. 16.

Nesse contexto, todos os saberes dos habitantes do assentamento deverão ser respeitados, especificamente dos professores e alunos. O que se propõe é a organização dos mesmos numa perspectiva de sistematizá-los.

Corroborando com este pensamento, Caldart afirma:

Trabalhar com diferentes saberes significa em primeiro lugar não hierarquizá-los, nem considerar que eles são propriedade somente dos educadores, ou dos educandos. Todos somos detentores de saberes e é preciso que o diálogo entre educadores e educandos permita a cada um ter consciência de seus saberes, além de ampliá-los e diversificá-los por meio da partilha e da produção coletiva de novos saberes.<sup>63</sup>

A escola propõe nos seus componentes curriculares a construção do conhecimento baseado na realidade da vida em comunidade, conforme a proposta pedagógica para a educação do campo.

Reforçando esta informação, destacamos os objetivos específicos da disciplina de Ensino Religioso do 2º ano do Ensino Fundamental, presente no PPP:

Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos de qualidade de vida e agindo com responsabilidade com relação a sua saúde e saúde coletiva.

Compreender a cidadania como participação social adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.<sup>64</sup>

A proposta apresentada para o estudo da Geografia traz, como importante temática, o conhecimento e o respeito ao meio no qual o ser humano está inserido, conforme objetivo geral da disciplina, no 5º ano do Ensino Fundamental:

Ampliar o conhecimento do lugar onde vive, reconhecendo como sujeito no processo de construção/reconstrução do espaço geográfico, compreendendo a realidade como resultado da dinâmica entre sociedade e natureza, numa dimensão histórica e cultural.<sup>65</sup>

Mesmo havendo a inserção da temática relacionada à construção coletiva do conhecimento e ao crescimento em sociedade não se percebe uma interação

---

<sup>63</sup> CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *Trabalho Necessário: Revista Eletrônica do NEDDATE*, Rio de Janeiro, v. 2, 2005. p. 13. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalho>>. Acesso em: 19 out. 2012.

<sup>64</sup> PPP, 2012, p. 35.

<sup>65</sup> PPP, 2012, p. 72.

interdisciplinar destes temas, não há novidade pedagógica e pouco difere do que se utiliza nas escolas da zona urbana.

Quanto à participação da comunidade na vida da escola, na construção do currículo, não acontece intensivamente, percebe-se uma acomodação das famílias e uma transferência de responsabilidade para os profissionais da educação da escola.

Apesar do esforço dos gestores em inserir as problemáticas atinentes à vida campesina e uma total aceitação por parte dos docentes, na prática ainda perdura um zelo excessivo no cumprimento do currículo generalista desenvolvido pelas demais escolas pertencentes à Secretaria de Educação do Município, prática esta já enraizada neles desde a sua formação.

### 3.4 Núcleo Gestor

A escola como propulsora do conhecimento e administradora dos principais espaços físicos públicos do assentamento, por meio do núcleo gestor, passou a contribuir com os camponeses na disponibilização dos espaços e na coordenação dos debates visando à apropriação de valores éticos e morais construídos a partir de uma sensibilização coletiva.

O Núcleo Gestor da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Rita é o órgão da administração, coordenação e controle e está composto de: Diretora, duas Coordenadoras Pedagógicas e Secretária Escolar.

A diretora atual foi nomeada pelo prefeito municipal de Canindé–CE. Ela tem formação em pedagogia e curso de capacitação em gestão escolar, portanto apresenta as competências para o exercício do cargo.

A responsabilidade da diretora é de organizar os serviços pedagógicos da instituição, assegurando qualidade e eficiência do processo ensino-aprendizagem; assinar os documentos relativos à escrituração escolar, juntamente com o secretário escolar; propor medidas a respeito do regime didático e disciplinar; coordenar a elaboração, a execução do Projeto Pedagógico da instituição; promover a integração escola, comunidade e família; representar a instituição onde se fizer necessário; convocar e presidir as sessões da Congregação de Professores; construir comissões de professores e especialistas para decidir assuntos de ordem pedagógica e disciplinar; cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar e a legislação educacional

vigente; dar conhecimento a toda comunidade escolar sobre o presente regimento; apresentar proposta do calendário das atividades da instituição à secretaria de educação; planejar, organizar e coordenar as ações de cada área do Núcleo Gestor; controlar a frequência e elaborar a escala de férias dos professores e funcionários; manter e zelar pelas instalações e equipamentos da instituição; realizar as compras em geral; prestar contas em tempo hábil dos recursos financeiros destinados à instituição e ainda organizar os eventos como feiras, olimpíadas, visitas, excursões e outros.<sup>66</sup>

A coordenação pedagógica é exercida por duas profissionais legalmente habilitadas e qualificadas para a função, nomeadas pelo prefeito municipal de Canindé-CE.

As coordenadoras pedagógicas, em consonância com os outros membros do núcleo gestor, garantem o acompanhamento, a avaliação e o controle das atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem. Suas funções devem ser entendidas como um processo integrador e articulador das ações pedagógicas desenvolvidas na escola.

São competências básicas da coordenadora pedagógica: participar da elaboração do projeto político pedagógico e do regimento escolar da instituição, bem como acompanhar a aplicação do projeto pedagógico e do planejamento estabelecido; orientar a aplicação do material e recursos didáticos; avaliar o rendimento e a evasão escolar para discussão e redimensionamento das ações pedagógicas; coordenar, juntamente com os professores, o processo de avaliação e recuperação; trabalhar os indicadores educativos através de gráficos e tabelas; participar da elaboração do calendário escolar e do horário das aulas; participar das reuniões com professores, pais e alunos elaborar e coordenar os planejamentos dos professores.<sup>67</sup>

A secretária escolar é uma profissional habilitada em um curso específico, aprovado pelo Conselho de Educação, conforme Resoluções nº 388 e 389, do Conselho de Educação do Ceará - CEC, ambas de 2004.

---

<sup>66</sup> Regimento Interno da Escola Municipal do Ensino Fundamental Santa Rita, 2012, p. 4.

<sup>67</sup> Regimento Interno, 2012, p. 6.

A secretária escolar exerce as seguintes funções: apoia a direção da escola e assina, em conjunto com ela, a documentação escolar expedida; responsabiliza-se pela escrituração escolar, conferindo-lhe fidedignidade de acordo com a legislação vigente; organiza, coordena, orienta e supervisiona a equipe da secretaria quanto à simplificação dos processos e métodos de trabalho, respeitando e valorizando as habilidades de cada um; utiliza instrumentos de planejamento, bem como executa, controla e avalia os procedimentos referentes ao preenchimento do diário de classe e com relação a pessoal, materiais, patrimônio e sistema de informação; firma-se na gestão escolar, como elemento de ligação entre as atividades administrativo-pedagógicas, interagindo com o corpo docente e participando das discussões para elaboração do Projeto Pedagógico, do Plano de trabalho anual e do Regimento Escolar; presta informações aos usuários; mantém em dias as coleções de leis, resoluções e pareceres do Conselho de Educação e demais órgãos relacionados ao ensino; organiza e entrega em tempo hábil, os relatórios de atividades anuais; gerencia o processo de matrícula, transferência e comunicação externa e sempre atendendo com prestimosidade os alunos, os professores, os pais e os funcionários.<sup>68</sup>

A composição do núcleo gestor não acontece de forma democrática, não há consulta à comunidade escolar e nem um processo seletivo. As pessoas são nomeadas pelo prefeito de Canindé-CE, município cujo Assentamento Vida Nova Transval está inserido.

Percebe-se harmonia no trabalho desenvolvido pelo núcleo gestor. Não obstante a falta de infraestrutura, recursos pedagógicos e financeiros, há um grande esforço no sentido de se executar a proposta planejada.

Para melhorar ainda mais a atuação da gestão, propõe-se melhorar a estrutura física da escola, mobilizar a comunidade, despertando-a da importância de participar efetivamente da vida escolar, o município descentralizar os recursos financeiros e dar autonomia ao núcleo gestor para administrar com a participação das famílias do assentamento.

---

<sup>68</sup> Regimento Interno. 2012, p. 7.

### 3.5 A instituição escolar e o desenvolvimento sustentável e ambientalmente viável do Assentamento

O processo de apropriação da terra passou por um longo tempo de preparação. Os assentados são originados de várias comunidades, eles têm costumes, práticas na agropecuária diferentes, vivências culturais e religiosas diversas. No entanto, algo motivador, que foi a conquista da terra como um direito do trabalhador rural, unificou os seus sonhos e conseqüentemente a luta.

Nesses diálogos, pudemos identificar que, o significado da terra para camponeses do Assentamento Vida Nova – Transval trouxe o acampamento e a luta como fatores fundamentais para a construção de uma consciência de suas condições de vida e dos seus direitos. O que traz uma reflexão sobre a importância do acampamento na constituição de um processo pedagógico, pois com a luta houve uma reelaboração de valores, de saberes e de mudanças sócio-culturais e políticas geradas nos indivíduos e no grupo a partir de um longo processo de luta vivenciada coletivamente o que levou a esta mudança na maneira de ler o mundo.<sup>69</sup>

A partir dessa identificação a E. E. F. Santa Rita entendeu a importância de contribuir com a formação e preparação dos assentados para uma boa convivência com o novo ambiente que eles instalaram, pois tem sido necessária uma preparação das novas práticas, organização das ações e compreensão da vivência coletiva.

E, são estas redefinições que permeiam a reconstrução da vida social e produtiva do novo espaço de terra conquistada, permeadas de rupturas, continuidades, transformações, levando à reelaboração de significados, de valores, atitudes e concepções. Percebemos que este processo entra no cotidiano de camponês constituindo em uma nova dinâmica de viver e de produzir, ou seja, de dar um significado a terra.<sup>70</sup>

Os espaços da escola são utilizados para reuniões, cursos, palestras e outras atividades sociais, coordenados pelo MST, território da cidadania dos Sertões de Canindé, Comissão da Pastoral da Terra, EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará que coordena o programa Agente Rural do Governo do estado do Ceará, composto de Técnicos em Agropecuária que prestam assistência técnica aos camponeses que produzem agricultura familiar. Os trabalhadores rurais estão tendo oportunidades de conhecer técnicas de como melhor usar a terra para retirarem os sustentos de suas famílias. Para Castro, terra

---

<sup>69</sup> CASTRO, 2007, p. 37.

<sup>70</sup> CASTRO, 2007, p. 38.

é lugar de trabalho, de segurança alimentar para as famílias e de produção de riquezas.<sup>71</sup>

Nessa perspectiva a escola é indutora de boas práticas, pois contribui com as organizações governamentais e não governamentais na execução de suas atividades, quando disponibiliza seu espaço e ao mesmo tempo se envolve nas programações. Há um compartilhamento reflexivo que gera conhecimento no sentido de compreender que a terra é geradora de riquezas. É por meio dela que os camponeses produzem os alimentos para consumo próprio e para venda, e alimentam os rebanhos; porém, corre-se o risco dela se cansar se for explorada inadequadamente.

No pátio da escola são desenvolvidas atividades com os alunos, como por exemplo, a plantação de hortaliças, atividade pela qual se ensina como conviver numa região do semiárido nordestino, com pouca água e solos rochosos. Com essa prática, os estudantes são preparados para desenvolverem atividades agricultáveis, junto a suas famílias, com rentabilidades constantes, já que a horta produz durante todo o ano. É uma atividade rentável, sustentável e pode ser praticada corretamente numa pequena área, sem agredir o meio ambiente. Essas atividades são orientadas pelos agentes rurais que dão assistência ao assentamento sob a coordenação do professor de Geografia, com o envolvimento de todos os professores, pois é parte da proposta de sustentabilidade, adotada pela escola e transita no currículo como tema transversal.

---

<sup>71</sup> CASTRO, 2007, p. 39.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o processo de educação no Assentamento Rural Vida Nova Transval, no Município de Canindé, no Estado do Ceará, e procurar compreender se a educação implementada numa escola de assentamento rural responde às perspectivas propostas pelo projeto de educação no campo.

Historicamente, pode-se perceber que uma das características que se identificou da educação rural no Brasil, contrariada pelo projeto da educação do campo, é que aquela fortalecia a concepção de que a zona rural, no Brasil, figura como lugar do atraso e da marginalidade no processo de desenvolvimento. Um campo destinado ao desaparecimento, provocado pelo êxodo rural, portanto, para tal lugar, não fazendo sentido os investimentos públicos. Desta forma, não ter escolas ou ter escolas com estruturas precárias, com baixa oferta de escolaridade, era normal naquela concepção de educação para os camponeses.

Na segunda metade do século XX, os movimentos sociais começam a denunciar a falta de escolas no campo e pautar a necessidade de se desenvolver uma política pública de educação do campo, que pudesse intervir no percurso pelo qual seguia a história do meio rural. Após se constatar um inchaço nas periferias das cidades, colocam em pauta as necessidades de sobrevivência do campo, e de construção de um projeto de campo respeitando as necessidades dos camponeses. Entre elas, se destaca a educação.

Nesta compreensão surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que vem desenvolvendo uma discussão original acerca do fazer educacional junto à população rural. Um dos elementos centrais de sua luta está expressa na simbologia do “rompimento de três grandes ‘cercas’: a cerca do latifúndio, a cerca do capital e a cerca da ignorância, que submetem os trabalhadores rurais sem terra a condições de vida degradante na sociedade brasileira”.<sup>72</sup>

---

<sup>72</sup> BEZERRA NETO, L. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 12.

Desta maneira, o MST surge com uma proposta de desenvolvimento de um novo modelo de ser humano, através da construção de um paradigma educacional voltado para a realidade rural. Assim, a educação, torna-se instrumento capaz de libertar os camponeses da exploração e exclusão a que estão submetidos, transformando a realidade social do campo.

É importante ressaltar que a pressão, advinda dos movimentos sociais no sentido de que sejam implantadas políticas de educação para o campo, conforme mostrado nesse trabalho, é nova e ainda falta muito. Os camponeses passam por um processo de reconhecimento de sua importância no contexto nacional e de que a zona rural deve ser preparada para que os seres humanos, que nela vivem, possam ter vida de qualidade e não sintam a necessidade de migrarem para as cidades.

A permanência no campo passa por um processo de formação, através da educação, ou seja: como tirar o sustento da terra sem destruí-la, desenvolver-se culturalmente, espiritualmente e socialmente num contexto de assentamento rural. O que se percebe, no assentamento Vida Nova já é uma compreensão de que lá é melhor para se viver. Percebe-se, ainda, certa satisfação com o fato de estarem avançando na construção de um processo coletivo de vida.

Em relação à atuação da Escola Santa Rita, no processo de formação das crianças percebe-se um grande esforço por parte dos seus profissionais, apesar dos limites por falta de infraestrutura e preparo dos educadores em relação à educação do campo. A comunidade espera muito desta escola, que os estudantes alcancem qualificação para contribuir com as necessidades e demandas de organização social, cultural e econômica do assentamento. Isso significa desconstruir conceitos trazidos de outras realidades vividas na região e trabalhar com as demandas concretas locais e com o que esperam as famílias desta escola.

No que se refere à sustentabilidade do processo produtivo no assentamento rural pesquisado, o mesmo tem sido considerado tema de sala de aula, como objeto de estudo e temas geradores de debates, mas não tem sido considerado tema relevante para a formação dos estudantes. O tema é estudado apenas de forma superficial, e quando é estudado. Ele não se constitui em ponto de partida e nem ponto de chegada do processo educativo.

Desses resultados conclui-se que um dos grandes desafios da instituição está em se repensar sobre a importância e o significado daquela escola, como instituição mobilizadora e formadora da vida daquela comunidade. Mas, para que isso ocorra é importante o fortalecimento no fazer pedagógico e na formação continuada dos profissionais voltada para a educação do campo, bem como a implementação de políticas públicas na direção da valorização dos profissionais e da melhoria da infraestrutura educacional do assentamento.



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. MST/Ceará: 20 anos de marchas. *Revista Mercator*, v. 9, n. 20, 2010.

ARAÚJO, Juliana Pereira de. *Os assentamentos rurais de reforma agrária: novos espaços educativos no campo brasileiro*. Disponível em: <[http://www.ufscar.br/~crepa/Textos...e.../Juliana\\_Araujo.doc](http://www.ufscar.br/~crepa/Textos...e.../Juliana_Araujo.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ASSENTAMENTO VIDA NOVA: Filha do 'Che' visita Canindé. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=751962>>. Acesso em: 13 set. 2012.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/article.php3?id\\_article=527](http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=527)>, Acesso em: 02 ago 2012.

BELTRAME S. A. B. *Cenários da escola do campo*. Disponível em: <[http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii\\_04.html](http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/ii_04.html)>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BEZERRA NETO, L. *Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais*. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL, Cristiane Costa. *História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje*. Disponível em: <<http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

\_\_\_\_\_. *Decreto n. 7.566*, de 23 de setembro de 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913. v. 2.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei n. 4024/61.

\_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei n. 9394/96.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio Rural; traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, Maria Nobre (Coord.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *Trabalho Necessário: Revista Eletrônica do NEDDATE*, Rio de Janeiro, v. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalho>>. Acesso em: 19 out. 2012.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTRO, Vânia Maria Vasconcelos. *Os camponeses do assentamento Vida Nova-Transval de Canindé: Ceará e sua relação com terra, trabalho e os meios de produção*, Monografia de Especialização. UFC, Ceará, 2007.

CENSO DO IBGE 2010. Disponível em: <<http://blogdoaltamiro.blogspot.com.br/.../ibge-censo-2010-brasileiro-ficou-m>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

COSTA, Sidiney Alves. *Os Sem Terra e a educação: um estudo da tentativa de implantação da Proposta Pedagógica do MST em escolas de assentamentos no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – UFSCAr, São Carlos, 2002.

Escola Santa Rita. Projeto Político Pedagógico (PPP), 2012.

FANTÁSTICO, 12 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.fantastico.globo.com>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. *Educação do campo: alternância e formação por pares: uma experiência com profissionais do campo no Estado do Ceará*. Disponível em: <<http://www.encontroobservatorio.unb.br/arquivos/artigos/167.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GODOY, Claudemiro N. *Educação do campo e políticas públicas para além do capital: hegemonias em disputa*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. BRASÍLIA: MEC, 2007.

História de Santo Expedito. Disponível em: <<http://minhaprece.com/santo-expedito/historia-de-santo-expedito/>>. Acesso em: 18 set. 2012.

Instituto Giramundo Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica - PROGERA./Agricultura Familiar/CANUTO, J. C. e CARMO, M. S. Botucatu/SP: Giramundo, 2009.

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Brasil*, ANO XXIV – 1963.

ITERRA, Caderno do. *Projeto Pedagógico*. Ano I, n. 2, mai. 2001.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LYRA, Carlos. *A experiência de Angicos: diário de uma experiência*. Angicos-RN, 1963.

MST: Educadores do campo realizam encontro no Ceará. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7766>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy - Escola família agrícola: uma resposta alternativa à educação do meio rural. *Revista da UFG*, v. 7, n. 01, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.proec.ufg.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>>. Acesso em 03 ago. 2012.

*O Brasil no segundo governo Vargas*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Apolonio\\_Sales](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Apolonio_Sales)>. Acesso em: 26 jul 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1990.

Peregrinação à São Francisco das Chagas, Canindé. Disponível em: <<http://www.tradicaoemfoco.com/2012/08/fotos-sao-francisco-das-chagas-caninde.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

RAMOS, Marisa Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida (Orgs.). *Referência para uma política nacional de educação do campo*. Brasília: MEC, 2004.

Regimento Interno da Escola Municipal do Ensino Fundamental Santa Rita, 2012.

*Salário mínimo ideal*. Disponível em: <<http://www.saulosouza.com.br/2012/06/salario-minimo-ideal.html>>. Acesso em: 12 out. 2012.

SANTOS, Patrícia Irene; MACHADO, Laêda Bezerra. Entre a vocação e os desafios: as representações sociais do ser professor. *Revista Profissão Docente*, Uberaba, v. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/pap>>. Acesso em: 18 out. 2012.

SILVA, Cícero da. *Pedagogia da alternância: um estudo de gênero caderno da realidade com foco na retextualização*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Tocantins Araguaína, 2011.

SILVA, Edilma Cotrim. Educação no campo: uma fronteira a ser conquistada. *Revista Eletrônica Gestão Universitária*, n. 295, 2012. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

SILVA, Patrícia Lima; BARONE, Luís Antonio. Os processos educacionais e a questão da ressocialização em escolas de assentamentos rurais – notas de uma pesquisa. *Geografia em Atos*, Presidente Prudente, n. 6, v. 1, dez. 2006.

SIMPLÍCIO, Antonia Vanderlucia de Oliveira. *Egressos do curso Pedagogia da Terra e suas práticas educativas: um estudo de caso no Assentamento 25 de Maio, Madalena, Ceará*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat, 1995.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança: introdução de Émile Jalley*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.